

SISTEMA JURÍDICO DE ANTÍGUA E BARBUDA

Antígua e Barbuda possuem uma jurisdição de direito comum. A legislação de Antígua e Barbuda consiste de: a) direito comum; b) legislação estatutária; e c) jurisprudência, por decisão dos tribunais.

Os casos são decididos pelo Judiciário, que consiste de tribunais inferiores e superiores. Os tribunais superiores são tribunais de registro público. O Tribunal Magistrado é um tribunal de jurisdição sumária, não um tribunal de precedentes. A pessoa apenada por uma decisão do Tribunal Magistrado pode apelar para os tribunais superiores, a saber, o Tribunal Superior, o Tribunal de Apelação e o Conselho Privado, nesta ordem.

Em questões criminais, o Tribunal Magistrado lida com transgressões sumárias, sendo as transgressões graves examinadas pelo Tribunal Superior em processo. O Diretor da Procuradoria Pública é responsável por todos os processos criminais. Ele tem o direito de apelação quanto a questões referentes à legislação e a sentenças.